



Muito além do paraíso: PIB *per capita* regional e sua dinâmica entre 1995 e 2000

Luís Flávio Maia Lima - Economista e membro do Conselho Regional de Economia – 9.^a Região (Estado do Pará).

Resumo

Este artigo faz uma avaliação comparativa do desempenho do PIB *per capita* dos estados amazônicos entre o período de 1995 a 2000 a qual constata, que neste intervalo de tempo, a renda *per capita* nos Estados Amazônicos apresentou, em termos gerais, queda. Em que pese os investimentos produtivos internalizados na região ao longo da segunda metade da década de 90, o PIB *per capita* não cresceu na mesma proporção, fato que revela, perante a análise, a reduzida transmissão na apropriação da sociedade regional dos recursos aportados. De outro modo, a presença de fatores conjunturais afetaram o desempenho da economia brasileira e amazônica neste período, o que contribui, em parte, para o resultado observado. Por fim, conclui-se que a análise da dinâmica do PIB *per capita* regional retrata que uma parcela da sociedade ficou a margem dos ganhos advindos do crescimento econômico, o que ampliou o grau de desigualdade.

Palavras-chave

Economia regional, desenvolvimento econômico e desigualdade econômica.

Abstract

This article makes a comparative evaluation concerning the performance of GNP *per capita* of the Amazon States over the 1995-2000 period which verifies that in the time interval, the income *per capita* in the Amazon States presented in general terms fall. Concerning the productive investments interned in the Region along the second half of the 90s decade, the *per capita* GNP has not been increased in the same proportion, a fact that reveals, in the presence of the analysis, a transmission reduced in the appropriation of the regional society of the resources contributed. Otherwise, the presence conjunctural factors have been affected the performance of the both Brazilian and Amazon economy in this period contributing, in part, for the observed result. At last, the analysis of the dynamics of the regional GNP *per capita* retracts that a society parcel remains to the gain margins coming from the economical growth and enlarge the unequal grade.

Keywords

Regional Economy, economic development and economic inequality.

INTRODUÇÃO

Nas cinco últimas décadas do século XX, a Região Amazônica vivenciou uma intensa transformação nas suas atividades produtivas que teve diversos efeitos, destacando-se os impactos negativos no campo social. A dinâmica do Produto Interno Bruto (PIB) per capita regional entre 1995 e 2000 apresenta um quadro inalterado, que mostra que as mudanças ocorridas no interior da economia regional são restritivas, não ocasionando avanços sociais na sociedade regional. Trata-se de ações excludentes, pois nos últimos anos a pobreza avançou na Amazônia.

Em que pesem as limitações do uso do PIB *per capita* como indicador social, ele permite inferir e sinalizar dicotomias e disfunções sociais e econômicas na realidade regional e brasileira.

É importante atentar que uma parte considerável das inversões produtivas efetuadas ao longo da década de 90 foi direcionada para investimentos de sobrevivência e de modernização – inclusive de gestão e de reestruturação de atividades, ações que determinam um menor aporte de recursos financeiros – sem que houvesse o surgimento, em grande escala, de novas unidades fabris produtivas.

Os investimentos efetivados durante essa década implicaram, tanto no caso paraense quanto no brasileiro, apenas mudanças relativas de representatividade intra-setorial no seio da economia nacional, alterações concentradas nas atividades agropecuárias e secundárias. O único setor que apresentou ascensão na participação foi o setor terciário, que, ao hipertrofiar-se, determinou a drenagem de recursos das demais atividades, sem a mesma capacidade distributiva de renda, em função das baixas remunerações.

Ainda nessa linha, o *Boletim de Análise de Conjuntura* da Federação das Indústrias do Estado do Pará (FIEPA) de agosto de 1996 advertia que, entre outras conseqüências do Plano Real, estava o fechamento e a falência de diversos empreendimentos em razão das dificuldades de gestão em uma economia estabilizada devido à redução dos ganhos especulativos. Em conseqüência, reduziram-se – e em alguns casos anularam-se – os efeitos dos investimentos realizados no Estado ao longo do segundo quinquênio da década de 90.

A representatividade dos setores econômicos no PIB amazônico nos anos de 1985 e 2000 (ver Tabela 1) revela e ratifica que os investimentos realizados não produziram mudanças significativas na estrutura produtiva regional, demonstrando que os ganhos foram pontuais e específicos, não permitindo o equilíbrio setorial, mas provocando antes a expansão e a hegemonia das atividades terciárias, que passaram de uma participação de 41,14% em 1985 para 49,29% em 2000. Em contraponto a essa hipertrofia, constata-se o recuo significativo do setor primário (o que agudiza os problemas sociais no

campo e na cidade por causa do êxodo rural e da menor circulação de renda) e, em menor escala, do segmento secundário.

Tabela 1: Participação percentual dos setores econômicos paraenses no PIB amazônico (1985 e 2000).

Setor	Ano	
	1985	2000
Primário	18,76	15,53
Secundário	40,10	38,18
Terciário	41,14	49,29
Total	100	100

Fonte: SEPLAN-PA, DEE, Grupo de Contas Regionais e FIBGE, DECNA. Elaboração e cálculo do autor.

A reorientação do papel do poder executivo regional na sociedade amazônica e, em conseqüência, a redução de suas ações intervencionistas implicaram a extinção de alguns instrumentos estatais, a paralisação ou a diminuição de parte de políticas públicas, o contingenciamento de verbas públicas, o congelamento salarial e a transferência de renda, variáveis que, no seu conjunto, contribuíram para reduzir a força indutora do governo e sua participação efetiva na economia e nas atividades produtivas.

Por outro lado, parte dos recursos estatais foi absorvida por empreendimentos extra-regionais que foram e são responsáveis pela execução de obras públicas, o que, ao permitir a transferência de lucratividade e de capital, reduziu a circulação, a capilaridade e a geração de renda e emprego futuro na região em decorrência de perda de capital produtivo.

A conjunção desses fatores demonstra a existência de um complexo quadro econômico que encerra disfunções e contradições que resultam em uma situação desfavorável no campo social. O PIB *per capita* reflete, em parte, essa realidade, cujo alcance transpassa o ambiente estadual. Com efeito, essas condições resultam de políticas neoliberais adotadas em âmbito nacional, que também marcam a realidade latino-americana, conforme se constata nas palavras de Livia Ferrari, que cita González:

a estagnação na América Latina da relação produto interno bruto (PIB) por habitante revela fracasso social e mostra que eventual êxito econômico não provocou distribuição de renda. Para González, parte desse desequilíbrio deve-se ao fato de que nos últimos vinte anos a região não implementou programas de desenvolvimento e, sim, programas de ajuste fiscais (FERRARI, 2002, p. 4).

Portanto, as ações públicas e os investimentos privados observados no campo regional ao longo dos anos 90 não quebraram expectativas, nem induziram alterações substanciais na dinâmica social; contribuíram

antes para agudizar o atual cenário socioeconômico regional, ampliando o grau de desigualdade e o fosso de renda existente no Brasil e no Estado do Pará, que têm, em parte, raiz histórica e tendem a aumentar, caso não haja a inversão de prioridades. A respeito disso, ressalta Néri (2002):

Hoje ocupamos o topo do ranking mundial da desigualdade de renda. O que impressiona nas nossas séries históricas é não só o nível, mas a persistência da desigualdade, inalterada desde os anos 1960. A inércia da desigualdade de renda brasileira é muito mais forte do que a da inflação. A inflação inercial era um fenômeno de no máximo bases anuais, enquanto que a desigualdade inercial se transmite ao longo das gerações.

Assim, o PIB *per capita* regional demonstra que o tecido social amazônico apresenta uma situação desfavorável. Esse indicador, nos últimos cinco anos, revela um comportamento estagnado, mesmo com as transformações ocorridas no interior da economia regional, que não foram capazes de romper essa realidade e promover o desenvolvimento equânime e justo da sociedade regional.

1 PIB *PER CAPITA* REGIONAL: ANÁLISE

As informações do PIB *per capita* regional (ver Tabela 2) são, por si sós, auto-explicativas e confirmam a inércia do indicador, que apresenta, no período em análise, evolução modesta e aquém das necessidades, o que contribuiu para ampliar o grau de desigualdade de renda presente na sociedade regional.

Tabela 2: PIB *per capita* anual dos Estados da Região Norte (1995/2000).

País/Região	Ano					
	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Brasil	4.160,00	4.830,00	5.327,00	5.518,00	5.799,82	6.472,52
Região Norte	2.705,00	3.052,00	3.176,00	3.300,00	3.415,55	3.907,23
Acre	2.106,00	2.268,00	2.528,00	2.725,00	2.847,18	3.037,08
Amapá	3.394,00	3.288,00	3.585,00	3.382,00	3.428,01	4.097,63
Amazonas	4.698,00	5.519,00	5.496,00	5.613,00	5.634,42	6.668,13
Pará	2.231,00	2.416,00	2.513,00	2.605,00	2.734,31	3.040,97
Rondônia	2.437,00	2.826,00	3.200,00	3.452,00	3.694,47	4.065,04
Roraima	1.939,00	1.918,00	2.103,00	2.440,00	2.583,74	3.417,36
Tocantins	1.194,00	1.434,00	1.575,00	1.741,00	1.849,98	2.109,51

Fonte: SEPLAN-PA, DEE, Grupo de Contas Regionais e FIBGE, DECNA. Elaboração e cálculo do autor.

Os dados da Tabela 2 em associação com os da Tabela 3 revelam distintas dinâmicas no PIB *per capita* dos Estados amazônicos. Em linhas gerais, verifica-se que, excetuando-se os anos de 1995 e 2000, que

apresentam uma razoável expansão absoluta, a renda regional entre 1997 e 1999 registra um desempenho estável com tendência a inercialidade, o que significa que o rendimento apresentou um incremento pífio.

De acordo com a Tabela 2, observa-se que, em 1996 e 1997, os Estados de Rondônia e do Acre registram um crescimento considerável nos seus PIB *per capita*, enquanto o Pará e o Tocantins apresentam uma expansão em menor escala. O desempenho dos indicadores dos Estados supracitados está relacionado, em parte, à minimização do imposto inflacionário, à estabilização monetária e dos preços de bens e serviços, o que levou a um breve e indireto aumento real da renda, provocando, em consequência, o incremento na demanda e na circulação da riqueza. Isso determinou, em contrapartida, a expansão da produção, da oferta, do emprego e da massa salarial, o que justifica o comportamento observado nos indicadores em questão.

O movimento captado no PIB desses Estados revela, à primeira vista, que essas economias estaduais têm parte do seu dinamismo atrelado à economia brasileira, isto é, expandem-se ou contraem-se em função do desempenho positivo ou negativo da macroeconomia nacional.

Os Estados do Amazonas e do Amapá apresentam de 1996 a 1999 um comportamento oscilante nos seus PIB *per capita*, mesclando crescimento com decréscimo nos seus indicadores de renda, o que demonstra a instabilidade de suas economias.

A apreciação cambial do real em relação ao dólar e a abertura comercial ao mercado externo promovida ao longo da implantação da terceira fase do Plano Real (julho de 1994), para ampliar a oferta de bens e serviços importados e assim conter os preços dos produtos produzidos internamente, justificam, em parte, o comportamento observado no PIB *per capita* nos Estados do Amazonas e do Amapá, cujas economias estão concentradas em atividades econômicas que recebem influência de variáveis relacionadas ao comércio exterior, como o câmbio, as importações e as tarifas externas.

A presença do Pólo Industrial e da Zona Franca de Manaus e da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana, respectivamente nos Estados do Amazonas e do Amapá, explica a influência das políticas brasileiras de comércio exterior em suas economias. A dependência das atividades desenvolvidas ao sabor de instrumentos relacionados ao interesse da política econômica brasileira determina o nível de produção e venda dessas economias estaduais. Por exemplo, a apreciação do real (entre 1994 e 1998), aliada à abertura comercial, determinou o crescimento das importações de diversos bens finais a preços competitivos, prejudicando a linha de montagem existente no Pólo Industrial de Manaus em função de sua baixa competitividade.

Para o ano de 2000, observa-se que a renda *per capita* apresenta sinais de recuperação em relação ao cenário anterior em todos os Estados amazônicos, e com maior ênfase no Amazonas, em Roraima e no Amapá. A incorporação de novas atividades produtivas relacionadas ao segmento de extração mineral, o maior nível de exportação no âmbito do comércio exterior, a ampliação das vendas na área comercial e o melhor desempenho do setor agropecuário justificam o bom desempenho dos Estados supracitados. Ressalta-se que parte da sustentabilidade da ascensão é relacionada à economia nacional que, dada sua volatilidade e seu aspecto conjuntural, tende nos próximos anos a influenciar esse processo.

Tabela 3: Variação absoluta no PIB *per capita* anual dos Estados da Região Norte (em R\$ 1,00) (1995/2000).

País/Região	Ano					
	1994/1995	1995/1996	1996/1997	1997/1998	1998/1999	1999/2000
Brasil	1.880,00	670	497	191	281,82	672,71
Região Norte	1.061,00	347	124	124	115,55	491,68
Acre	910	162	260	197	122,18	189,9
Amapá	1.583,00	-106	297	-203	46,01	669,62
Amazonas	2.119,00	821	-23	117	21,42	1.033,71
Pará	666	185	97	92	129,31	306,65
Rondônia	1.160,00	389	374	252	242,47	370,58
Roraima	928	-21	185	337	143,74	833,62
Tocantins	531	240	141	166	108,98	259,53

Fonte: SEPLAN-PA, DEE, Grupo de Contas Regionais e FIBGE, DECNA. Elaboração e cálculo do autor.

Se é fato que a dinâmica nacional influi no desempenho do PIB *per capita* da Região Norte, os dados da Tabela 3 revelam a variação monetária anual no PIB *per capita* dos Estados amazônicos e demonstram também a presença de uma variável de suma importância para a socioeconomia regional. Esse aspecto diz respeito ao acréscimo ou à redução anual do valor no indicador de renda, o que revela, com rara excepcionalidade, que a maioria dos Estados amazônicos apresenta uma contínua desaceleração monetária nos rendimentos, gerados e incorporados anualmente. Isso é grave, pois a inflexão negativa observada amplia-se, dada a presença da inflação que acentua as perdas em termos reais.

Assim, entre 1996 e 2000, verifica-se que, excetuando o Estado de Rondônia, que apresenta acréscimos anuais superiores a duzentos reais (R\$ 200,00) ao longo do período analisado, os demais Estados registram oscilações nas variações absolutas, destacando-se o Amazonas, que, em 1999, apresenta apenas um acréscimo absoluto de vinte e um reais (R\$ 21,42) no seu PIB *per capita* em relação a 1998.

É importante ainda constatar que os Estados do Amazonas (1997), de Roraima (1996) e do Amapá (1996 e 1998) registram, em anos alternados, variações anuais absolutas negativas nos seus PIB *per capita*. Houve, portanto, além da grave involução nominal do indicador de renda – que se amplia em termos de renda real –, um crescimento demográfico superior ao incremento econômico, o que aumenta a desigualdade e a miséria nos Estados citados.

Da análise das Tabelas 2 e 3, deduz-se que a renda *per capita* dos Estados amazônicos no período de 1997 a 1999 tem uma contínua dinâmica decrescente, isto é, nesses anos ocorre uma constante perda do poder aquisitivo, fenômeno regional que assume um caráter nacional, conforme Pinheiro (2002):

a renda nessa mesma região metropolitana está em queda desde 1997 [...]. Para quem gosta de trabalhar com números nacionais do IBGE, a realidade é igualmente árida. A renda do trabalhador brasileiro está em queda há 20 meses consecutivos nesse levantamento.

Infere-se, por outro lado, que não está ocorrendo, *a priori*, um encadeamento entre os investimentos feitos na Região e a apropriação de renda, o que leva a crer, na verdade, que haja um aumento da concentração da renda em âmbito regional, do grau de desigualdade e da transferência da renda gerada internamente, que é canalizada para as demais regiões brasileiras e para o exterior. As inversões produtivas realizadas nos Estados amazônicos (Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), Zona Franca de Manaus), a construção de obras de infra-estrutura, a expansão de Grandes Projetos e a implantação de novos (por exemplo, o caulim) não estão sendo capazes de acrescentar renda, de expandir a poupança regional e de melhorar a qualidade de vida. Esse fenômeno está, em parte, relacionado ao modelo primário-exportador e de base industrial para fora que norteou grande parte das ações que foram implementadas ao longo dos governos militares e atualmente são ratificadas e estimuladas.

O fluxo das liberações financeiras advindas do FNO, instrumento gerenciado pelo Banco da Amazônia S/A, revela que, entre 1995 e 2001, o volume distribuído na região apresentou em termos reais uma evolução ascendente e constante, o que é positivo para a expansão das atividades produtivas regionais.

O FNO é um dos instrumentos disponíveis para promover a alavancagem empresarial e o fomento e a consolidação de atividades econômicas regionais. Os recursos do fundo são diluídos pelos Estados que apresentam oscilações a maior e a menor nos desembolsos anuais, conforme a sua demanda, a qualidade dos projetos e os critérios de avaliação. Porém, o que se ressalta é que esse instrumento não se traduziu em avanços no campo econômico e social, nem concorreu para uma

melhor distribuição da renda regional (com exceções) e para a melhoria da qualidade de vida. Isso se deve ao fato de que parte dos recursos não foi captada e internalizada sob a forma de salários ou rendimentos constantes por meio da geração de empregos qualitativos e permanentes; foram criados postos de trabalhos temporários e com baixas remunerações, o que neutraliza em parte o papel desse instrumento.

Tabela 4: Distribuição do FNO nos Estados da Região Norte em mil reais⁽¹⁾ (1995/2001).

UF	Ano						
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Acre	7.176	38.122	38.686	20.913	20.356	18.377	29.441
Amapá	11.569	14.563	6.554	10.709	1.770	3.550	5.252
Amazonas	32.154	54.611	43.096	20.673	12.953	24.657	38.361
Pará	198.436	184.677	177.683	269.509	238.922	209.241	264.494
Rondônia	58.672	52.431	84.600	92.286	56.377	71.203	29.389
Roraima	10.604	26.314	19.260	145	704	4.366	3.572
Tocantins	88.595	42.198	58.663	42.863	131.235	133.441	147.680
Total	407.205	412.915	428.542	457.098	462.316	464.836	518.190

Fonte: Banco da Amazônia. Tabulação e cálculo: SEPLAN, DIEEST, BDE.

⁽¹⁾ Valores reais corrigidos pelo IGP-DI. Base: maio 2002 = 100.

Os Estados do Pará, de Rondônia e do Tocantins apresentam, entre 1995 e 2001, um grau de regularidade no volume de recursos liberados pelo FNO para a implantação e a expansão das atividades produtivas locais, porém apenas em Rondônia verifica-se uma elevação da renda *per capita* estadual.

Na raiz dessa contradição está, certamente, a fuga dos recursos captados: os empreendimentos compreendem uma cadeia de agentes intermediários (prestadores de serviços ou fornecedores de insumos e implementos) que absorvem e drenam parte dos recursos e reduzem a fluidez financeira regional, o que limita os impactos do FNO no processo de aumento da produção e da renda, já que parte dos agentes são empresas extra-regionais. Por outro lado, é importante considerar também que há um certo descompasso entre a atividade financiada e a sua contrapartida no campo da existência de um mercado que de fato absorva a produção ou o serviço financiado, dando retorno financeiro ao requerente do financiamento, o que influi negativamente na geração e na agregação do rendimento na economia regional.

As irregularidades e as oscilações no volume dos recursos liberados, que em parte estão relacionados à sua procura, atenuam o impacto do FNO como indutor do processo de desenvolvimento regional no Acre, no Amapá, no Amazonas e em Roraima. Embora a instabilidade no repasse seja mais acentuada nesse último Estado, verificou-se aí uma expansão na renda interna, com redução do grau de desigualdade interna, o que mostra,

hipoteticamente, que os recursos foram aplicados de maneira eficiente e eficaz, traduzindo-se, em parte, no incremento dos rendimentos estaduais.

Constata-se, então, que o impacto social e produtivo do FNO é centrado em segmentos específicos; *a priori*, não se estende, intra e setorialmente, pelas demais atividades econômicas. Não há, portanto, uma correspondência entre o volume de financiamento e a elevação do nível de renda e social em termos globais. O Estado do Pará ilustra perfeitamente essa situação, dada a inusitada contradição entre os investimentos liberados (em termos reais, vide Tabela 4) e a queda nominal e real no PIB *per capita* (Tabelas 2 e 7).

2 INCREMENTO E REPRESENTATIVIDADE DO PIB *PER CAPITA* REGIONAL

A intensidade no decréscimo da renda *per capita* regional entre 1997 e 2000 é mensurada quando se compara a dinâmica do indicador nacional com a do regional. Com base na Tabela 2, verifica-se que a taxa de incremento anual do PIB *per capita* brasileiro entre 1995 e 2000 foi da ordem de 9,24%, enquanto na Região Norte ficou em 7,63%. O resultado a menor demonstra que a Amazônia não acompanhou o ritmo de expansão das atividades produtivas nacionais e ratifica que os investimentos realizados não promoveram a redução das desigualdades e o acréscimo da renda regional.

Tabela 5: Representatividade percentual do PIB *per capita* estadual no PIB *per capita* regional e nacional (1995/2000).

Região/UF	Ano					
	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Região Norte	65,02	63,18	59,62	59,8	58,89	60,36
Acre	50,62	46,95	47,45	49,38	49,09	46,92
Amapá	81,58	68,07	67,29	61,29	59,1	63,3
Amazonas	112,93	114,26	103,17	101,72	97,14	103,02
Pará	53,62	50,02	47,17	47,2	47,14	46,98
Rondônia	58,58	58,5	60,07	62,55	63,69	62,8
Roraima	46,61	39,71	39,47	44,21	44,54	52,79
Tocantins	28,7	29,68	29,56	31,55	31,89	32,59

Fonte: SEPLAN-PA, DEE, Grupo de Contas Regionais e FIBGE, DECNA. Elaboração e cálculo do autor.

A diferença existente entre as taxas de incremento anual da renda média regional e nacional também é perceptível quando se compara a representatividade do indicador regional e dos indicadores estaduais com a do indicador nacional.

Em 1995 (ver Tabela 5), a Região Norte representava 65,02% do indicador nacional, valor que involui para 60,36% em 2000. Esse

resultado revela que, além da queda na taxa de participação, as demais regiões brasileiras certamente tiveram uma performance produtiva e social melhor, ao incorporarem à renda já existente um acréscimo – não necessariamente expressivo – em relação à Amazônia. Com exceção de 1996, cujo indicador regional ficou próximo do de 1995, os demais anos acusaram ligeiras e gradativas reduções.

Dentre os Estados amazônicos que involuíram, destacam-se o Acre (que passou de 50,62% em 1995 para 46,92% em 2000), o Pará (de 53,62% em 1995, passou para 46,98% em 2000) e o Amapá (que registrava o percentual de 81,58% em 1995 e apenas 63,30% em 2000). Isso contribuiu para o desempenho declinante na representatividade do PIB *per capita* regional no período analisado. Esses Estados têm gradativamente registrado uma curva descendente nos seus indicadores de renda regional, apesar dos investimentos privados e públicos e do aumento nos postos de trabalho. Isso significa que grande parte das inversões foi apropriada por um seleto grupo, o que aumentou o grau de concentração e ampliou a drenagem e a transferência de renda. Conclui-se, então, que a Região Amazônica é exportadora de rendimento, de lucro e de capital, fato que contribuiu e contribui para manter o seu *status* colonial e metropolitano em relação ao Brasil e ao mundo.

Os Estados de Rondônia, de Tocantins e de Roraima apresentam um desempenho positivo, com taxas de participação em ascensão, mantendo inalterada a sua representatividade.

O Amazonas é o único Estado da Região Norte que apresenta, entre 1995 e 2000 (exceto 1999), representatividade superior à do indicador nacional. Esse comportamento deve-se, primeiramente, ao fato de o PIB *per capita* estadual ser superior ao brasileiro e o efeito demográfico, em função da estabilidade na taxa de incremento populacional que contribuiu para inflar o resultado observado. Porém, é importante ressaltar que essas variáveis estão sendo insuficientes para contrapor-se à perda de rendimento (tanto nominal quanto real) constatada no Estado, isto é, há de fato um gradativo recuo na sua participação no PIB *per capita* regional (em 1995 era superior em 12,93% em relação ao PIB nacional; em 1999 sua representatividade caiu para 97,14%).

Os dados contidos nas Tabelas 3, 5 e 6 sintetizam a expansão nominal do PIB *per capita* regional e, ao mesmo tempo, revelam que o indicador apresenta contradições que indicam que o aparente crescimento visualizado está assentado em um alicerce frágil.

Em linhas gerais, a Tabela 3 mostra que, excetuando-se os anos de 1996 e de 2000, os acréscimos nominais são modestos. Logo, a incorporação de novos valores aos rendimentos já existentes é falha, devido à existência de uma estrutura e de um *status* regional concentrado e desigual, que se apropria de eventuais ganhos advindos das atividades produtivas regionais.

Os dados da Tabela 3 revelam distintos comportamentos dos Estados amazônicos, destacando-se Rondônia que, entre 1995 e 1999, apresenta o melhor desempenho na região, registrando acréscimos regulares, o que indica melhorias no poder aquisitivo local. O Acre é outro Estado que acusou um bom desempenho no período analisado, excetuando-se o ano de 1999, por ser o de menor aumento monetário absoluto no rendimento *per capita*.

Os Estados do Pará e do Tocantins, apesar da evolução em seus indicadores, mostram variações anuais absolutas inferiores às de Rondônia. O crescimento está-se dando em bases inerciais e estanques, o que reduz os efeitos multiplicadores que propiciam avanços na qualidade de vida.

Em relação a 1995, houve um ligeiro recuo no indicador do Estado de Roraima em 1996, comportamento atípico, que se contrapõe ao dos demais Estados amazônicos, pois todos, com exceção do Amapá, apresentaram ascensão nos rendimentos *per capita* nesse ano. Esse desempenho entre 1997 e 1999 reverteu-se: no período em questão, a renda *per capita* mensal elevou-se (ver Tabela 6).

Já o Amazonas tem o mérito de apresentar a maior variação absoluta no PIB *per capita* da Região Norte em 1995 e 1996, porém, em 1997 e 1999, o Estado registra involuções no seu indicador (inclusive negativo), fato que sinaliza a presença de uma dinâmica inercial. Quanto ao Amapá, nos anos analisados, vigora um comportamento instável, que mescla queda com ascensões, sobressaindo o recuo no rendimento, pois constata-se que a renda *per capita* média mensal de 1999 é quase idêntica à de 1995, fato que por si só aumenta a pobreza e a desigualdade nesse Estado (Tabela 6).

3 PIB *VERSUS* SALÁRIO MÍNIMO (SM)

O PIB *per capita* mensal é uma *proxy* da renda disponível pela sociedade ao longo de um período. Ele é um indicador que permite não somente observar o montante de rendimento passível de apropriação e internalização mensal (para o consumo e demais necessidades da população), mas também inferir as perspectivas de elevação ou não da renda da sociedade como um todo, mensurando as perdas relativas.

As informações da Tabela 6 demonstram que, ao longo do período compreendido entre 1995 e 2000, todos os Estados amazônicos apresentam evoluções nominais no PIB *per capita* mensal, particularmente nos anos de 1996 e de 2000, quando os acréscimos absolutos (em termos nominais) foram expressivos, fenômeno que acompanhou a tendência nacional.

As exceções foram os Estados de Roraima e do Amazonas em momentos específicos. Em Roraima, verifica-se que o PIB *per capita*

mensal de 1996 é ligeiramente menor do que o de 1995, o que sugere que a economia estadual não correspondeu à expansão demográfica. Já no Estado do Amazonas observa-se que a renda mensal *per capita* em 1997 é inferior à de 1996; além disso, nos anos de 1998 e de 1999, constata-se não somente a estabilidade do indicador (R\$ 467,75 em 1998 e R\$ 469,53 em 1999), mas também a menor variação absoluta nominal em relação aos ganhos dos demais Estados amazônicos (ver Tabela 6).

Tabela 6: PIB *per capita* mensal estadual, regional e nacional (1995/2000).

País/Região	Ano					
	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Brasil	346,67	402,5	443,92	459,83	483,32	539,38
Região Norte	225,42	254,33	264,67	275	284,63	325,6
Acre	175,5	189	210,67	227,08	237,27	253,09
Amapá	282,83	274	298,75	281,83	285,67	341,47
Amazonas	391,5	459,92	458	467,75	469,53	555,68
Pará	185,92	201,33	209,42	217,08	227,86	253,41
Rondônia	203,08	235,5	266,67	287,67	307,87	338,75
Roraima	161,58	159,83	175,25	203,33	215,31	284,78
Tocantins	99,5	119,5	131,25	145,08	154,17	175,79

Fonte: SEPLAN-PA, DEE, Grupo de Contas Regionais e FIBGE, DECNA. Elaboração e cálculo do autor.

Tabela 7: Relação entre o PIB *per capita* nacional, regional e estadual da Região Norte e o salário mínimo médio anual (1995/2000).

País/Região	Ano					
	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Brasil	46,22	44,72	45,41	43,55	43,28	43,96
Região Norte	30,06	28,26	27,08	26,05	25,49	26,53
Acre	23,4	21	21,55	21,51	21,25	20,63
Amapá	37,71	30,44	30,56	26,69	25,58	27,83
Amazonas	52,2	51,1	46,85	44,3	42,05	45,28
Pará	24,79	22,37	21,42	20,56	20,41	20,65
Rondônia	27,08	26,17	27,28	27,25	27,57	27,61
Roraima	21,54	17,76	17,93	19,26	19,28	23,21
Tocantins	13,27	13,28	13,43	13,74	13,81	14,33

Fonte: SEPLAN-PA, DEE, Grupo de Contas Regionais, FIBGE, DECNA e Fundação Getúlio Vargas. Elaboração e cálculo do autor.

As Tabelas 7 e 8 contêm o resultado do cruzamento das informações da Tabela 2 com o salário mínimo médio mensal anual (SMMA), ratificando que a renda regional entre 1995 e 1999 declinou. Em 1995, o PIB *per capita* equivalia a 46,22 do salário mínimo médio, valor que recua para 43,96 em 2000, uma queda de 4,93%. Em relação ao PIB *per capita* mensal, constata-se o mesmo comportamento de

perda de representatividade, pois, em 1995, a equivalência entre o rendimento mensal e o salário mínimo vigente era de 3,85, que recua para 3,66 em 2000.

Tabela 8: Relação entre o PIB *per capita* regional e estadual mensal da Região Norte e o salário mínimo médio anual (1995/2000).

País/Região	Ano					
	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Brasil	3,85	3,73	3,78	3,63	3,61	3,66
Região Norte	2,5	2,35	2,26	2,17	2,12	2,21
Acre	1,95	1,75	1,8	1,79	1,77	1,72
Amapá	3,14	2,54	2,55	2,22	2,13	2,32
Amazonas	4,35	4,26	3,9	3,69	3,5	3,77
Pará	2,07	1,86	1,79	1,71	1,7	1,72
Rondônia	2,26	2,18	2,27	2,27	2,3	2,3
Roraima	1,8	1,48	1,49	1,6	1,61	1,93
Tocantins	1,11	1,11	1,12	1,15	1,15	1,19

Fonte: SEPLAN-PA, DEE, Grupo de Contas Regionais, FIBGE, DECNA e Fundação Getúlio Vargas. Elaboração e cálculo do autor.

A desaceleração da renda regional no período analisado só não foi mais acentuada devido ao comportamento estável dos rendimentos dos Estados de Rondônia, do Acre e do Tocantins, que preservaram, entre 1995 e 2000, a paridade nominal de suas renda estaduais, o que contrabalançou o desempenho negativo observado nos demais Estados amazônicos. De acordo com a Tabela 8, os Estados relacionados, entre 1995 e 2000, mantiveram os seus indicadores, em especial Rondônia (que passou 2,26 SM em 1995 para 2,30 SM em 2000) e Tocantins (que passou de 1,11 SM em 1995 para 1,19 SM em 2000), que no período apresentaram aumentos.

Já os Estados do Amazonas, de Roraima, do Pará e do Amapá apresentam, em conjunto, uma característica que os une, que é a queda do indicador da relação entre os seus PIB *per capita* e o salário mínimo médio anual entre 1995 e 1999. Esse resultado revela que a renda nominal gerada e disponível é insuficiente para recompor nominalmente o poder de compra dos rendimentos familiares nos Estados supracitados. Por exemplo, no Amazonas e no Pará, o PIB *per capita* mensal em 1996 era equivalente a cerca de 4,35 e 2,07 salários mínimos médios, respectivamente; já em 2000 esses valores declinam para 3,77 e 1,72, o que ratifica a perda nominal e real na renda da sociedade como um todo (ver Tabela 8).

As oscilações, as estabilidades e as contradições do comportamento do PIB *per capita* e dos seus indicadores derivados retratam a ação de

um conjunto de variáveis conjunturais e estruturais que exercem influência no dinamismo do indicador e justificam a sua trajetória recente.

Entre as diversas variáveis que influenciam o PIB *per capita*, é possível, de maneira empírica, observar o efeito-renda no comportamento do indicador no âmbito regional. A mensuração do efeito é visível graças a duas características presentes na realidade socioeconômica regional que expõe parcialmente esse fenômeno: primeiramente, o fato de a renda ser concentrada na Amazônia; em segundo lugar, o fato de uma parte considerável da mão-de-obra regional receber rendimentos na faixa salarial que vai de zero (0) até três (3) salários mínimos, o que faz com que qualquer alteração expressiva no salário mínimo afete positivamente ou negativamente o dinamismo do PIB *per capita*. A segunda característica acentua o efeito-renda devido à correlação existente entre o salário mínimo e a massa salarial.

Para avaliar empiricamente o efeito do salário mínimo no PIB *per capita* é necessário relacionar a taxa de incremento anual do indicador com a variação anual do salário mínimo médio¹. Constata-se a convergência dos indicadores e, ao mesmo tempo, a existência de questões estruturais e conjunturais na economia amazônica que influem nos indicadores de renda estaduais.

Em 1995 e 1996, o crescimento nominal do salário mínimo foi um dos fatores, entre outros, que contribuíram para a expansão do PIB *per capita* dos Estados amazônicos, alguns com maior intensidade do que outros. As informações contidas na Tabela 9 ratificam essa assertiva, pois observa-se que o incremento do salário mínimo concorre – em conjunto com o fim do imposto inflacionário – para o crescimento do rendimento.

Em Rondônia, por exemplo, a variação de salário mínimo em 1995 (já descontado o efeito demográfico) foi da ordem de 77,25%, enquanto o PIB *per capita* apresentou um incremento de 90,84%, superior em 7,65%. Essa diferença a maior é justificada por questões estruturais e conjunturais.

Esse mesmo comportamento observado em Rondônia em 1995 é constatado no Estado do Amazonas e do Tocantins, que também apresentam desempenhos superiores, o que revela que esse deslocamento é resultado da presença de outros fatores, como a atenuação do imposto inflacionário, os ganhos reais no rendimento de algumas categorias de trabalhadores e a expansão do emprego por causa da euforia do Plano Real – em um curto período, ampliaram-se as atividades produtivas.

¹ Nesta análise comparativa, deduziu-se a taxa de incremento populacional anual verificada nos Estados amazônicos a fim de atenuar e expurgar o efeito demográfico quando da comparação do PIB *per capita* que contém esse efeito com a variação anual do salário mínimo.

Tabela 9: Taxa de incremento anual do PIB *per capita* e do salário mínimo médio nominal na Região Norte (1995/2000).

Ano / Região	1995		1996		1997		1998		1999		2000	
	Var.%	Var.%	Var.%	Var.%	Var.%	Var.%	Var.%	Var.%	Var.%	Var.%	Var.%	
	PIB	SM	PIB	SM	PIB	SM	PIB	SM	PIB	SM	PIB	SM
Região Norte	64,54	76,01	12,83	12,20	4,06	6,11	3,90	5,59	3,50	3,43	14,39	7,50
Acre	76,09	75,01	7,69	12,01	11,46	5,76	7,79	15,26	4,48	3,12	6,66	7,20
Amapá	87,41	70,89	-3,12	7,19	9,03	-6,47	-5,66	3,60	1,36	1,59	19,53	5,70
Amazonas	82,16	75,68	17,48	10,00	1,00	5,74	2,13	5,24	0,38	3,10	18,34	7,18
Pará	42,56	76,39	8,29	13,29	4,01	6,37	3,66	5,83	4,96	3,66	11,21	7,73
Rondônia	90,84	77,26	15,96	13,12	13,23	6,63	7,88	6,08	7,02	3,90	10,03	7,97
Roraima	91,79	75,69	-1,08	1,89	9,65	4,89	16,02	4,24	5,89	2,28	32,26	6,37
Tocantins	80,09	75,56	20,10	15,19	9,83	6,32	10,54	5,79	6,25	3,62	14,02	7,69

Fonte: SEPLAN-PA, DEE, Grupo de Contas Regionais e FIBGE, DECNA. Elaboração e cálculo do autor.

Apresentando uma dinâmica semelhante à observada nos indicadores do Amapá e de Roraima, o Amazonas registrou, entre 1996 e 1999, índices que refletem as contradições de sua economia. A busca de produtividade, a adequação e a liberalização da economia brasileira impuseram a aceleração do desemprego estrutural e conjuntural,² anulando os impactos residuais do salário mínimo no âmbito estadual.

Com exceção do ano de 1999, quando o índice do PIB é ligeiramente superior ao indicador do SM, nos demais anos o Pará apresenta, quando comparado aos outros Estados, um quadro atípico, pois a taxa de incremento da renda *per capita* estadual é sistematicamente inferior ao reajuste do salário mínimo médio, o que ratifica a presença de um processo de drenagem de renda (típico de economias primário-exportadoras), acentuado pela forte concentração de renda que capta o excedente dos rendimentos. Esses fatores subtraem da sociedade um importante instrumento fomentador do desenvolvimento socioeconômico.

De acordo com a Tabela 9, em 2000 a variação anual do PIB *per capita* nos Estados amazônicos supera o incremento do salário mínimo, exceto no Acre, que registra uma dinâmica inversa à observada na região. A aceleração nos indicadores de renda ocorreu em maior intensidade em Roraima (32,26%), no Amapá (19,53%) e no Amazonas (18,34%), em decorrência da expansão da produção em algumas atividades. Uma parte dessa produção foi internalizada sob a forma de rendimentos e massa salarial; uma outra parte foi diluída e captada por instrumentos e segmentos produtivos extra-regionais.

De certa forma, o comportamento dos indicadores do PIB *per capita* também revela que parte da ascensão dos rendimentos foi deslocada da evolução e do impacto do salário mínimo na economia estadual, mas não o suficiente para recuperar as perdas reais da renda da sociedade ocorridas ao longo do período analisado em razão de diversos fatores, entre os quais a drenagem de renda e capital extra-regional e nacional, a concentração de renda, as desigualdade sociais e o congelamento direto e indireto dos salários.

4 ÍNDICE DE DESIGUALDADE DE RENDA

Os movimentos conjunturais delicados aliados às transformações estruturais (por exemplo, a consolidação da fronteira agrícola) e o esgotamento da infra-estrutura da economia nacional e regional estão presentes e refletem-se na dinâmica anual do produto interno bruto.

² "Os números mostram que a indústria da Zona Franca de Manaus (ZFM) estancou a queda dos empregos ao diminuir a introdução de novas tecnologias nas linhas de produção. A média mensal de empregos no setor se mantém em ligeiro crescimento desde 2000, após uma queda em 1999 em relação a 1998, porém muito distante da alcançada no final da década de 80, quando atingiu 90 mil/mês." (NOGUEIRA, 2003, p. 14).

O índice de desigualdade regional é construído com o objetivo de indicar a tendência a médio prazo do comportamento do PIB *per capita*. É, por definição, a relação entre a taxa de incremento anual da economia e o crescimento demográfico. Em outras palavras, o indicador mede a dispersão dos níveis de renda *per capita* estadual relativa à renda média regional com o desvio estadual ponderado pela participação do efetivo demográfico da região, do Estado. Pela definição Öw, quanto maior o seu valor, tanto mais amplos são os diferenciais de renda geográfica.

É importante ressaltar também que, embora o indicador filtre os efeitos demográficos e de renda, uma parte mínima desses efeitos transfere-se para o índice, sem inviabilizá-lo enquanto instrumento de análise. Os Estados do Amazonas e do Pará e, em menor escala, o Amapá estão sujeitos à influência dos efeitos supracitados, em maior ou menor grau.

Efetuada as ressalvas, o indicador construído para os Estados amazônicos revelam e ratificam a existência de dois quadros socioprodutivos definidos e distintos na realidade regional.

No primeiro grupo, estão os Estados cujo grau de desigualdade de renda é acentuado, tanto no âmbito de suas economias internas quanto comparado ao rendimento médio regional. Nessa situação estão os Estados do Amazonas, do Pará e do Tocantins.

Tabela 10: Índice de Desigualdade Regional⁽¹⁾ (1994/2000).

Região / UF	Ano					
	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Região Norte	9,34	9,98	11,00	11,00	11,30	10,94
Acre	5,08	5,73	4,19	3,45	3,19	4,45
Amapá	5,60	1,81	3,05	0,60	0,09	1,21
Amazonas	43,50	50,50	42,68	39,54	36,36	42,48
Pará	17,09	23,07	21,91	19,77	18,28	17,56
Rondônia	3,28	2,44	0,25	1,51	2,67	1,32
Roraima	2,41	3,19	3,05	2,41	2,33	1,17
Tocantins	13,55	14,79	13,41	13,82	13,68	13,13

Fonte: SEPLAN-PA, DEE, Grupo de Contas Regionais e FIBGE, DECNA. Elaboração e cálculo do autor.

⁽¹⁾ A fórmula de cálculo do índice de desigualdade é:
$$Vw = \frac{\sqrt{(y_i - \bar{y})^2 f_i / n}}{\bar{y}}$$
, em

que y_i = renda *per capita* do Estado i , \bar{y} = renda *per capita* regional, f_i = população do Estado i e n = população da região. Para melhor entendimento do leitor, decidiu-se transformar o resultado em taxa (multiplicando e deduzindo de 100).

O Amazonas apresenta uma dinâmica de renda superior em relação à média regional, o que indica a existência de um descompasso entre a produção econômica estadual e os rendimentos nos demais Estados amazônicos. O indicador para o Amazonas sinaliza uma pequena tendência de redução da desigualdade entre os rendimentos *per capita*

estadual e a média regional, porque parte desse movimento está relacionada com o decréscimo no nível de renda (em parte devido ao desemprego), o que justifica a inflexão do índice, que passou de 43,50% em 1995 para 36,39% em 1999. É importante atentar para dois aspectos do resultado observado: a) a redução observada em algumas taxas não se deveu a possíveis ganhos na renda regional, mas a média regional involui em menor escala, quando comparada ao resultado do Amazonas; b) o Amazonas apresenta no interior de sua socioeconomia um grau considerável de desnível de renda que se agrava, dada a ampliação do desemprego no Estado.

O indicador de desigualdade para o Pará revela que, além de oscilante, o índice tem um comportamento ascendente. Em 1995, teve o valor de 17,05%, passando para 18,29% em 1999, havendo nesse período um crescimento de 7,02%, resultado que demonstra um aumento não somente na disparidade, mas também na concentração de renda, o que eleva o grau de pobreza no Estado.

O resultado ascendente verificado no Pará contribui para aumentar o desnível entre a renda estadual e o rendimento médio regional, o que mostra, em parte, que o nível de atividade estadual não está acompanhando a dinâmica regional e, em conseqüência, o grau de desigualdade já existente no Estado só faz aumentar.

O Estado do Tocantins registra um indicador menor quando comparado ao Pará, porém apresenta, no período analisado, um comportamento estável que determina, parcialmente, o congelamento do tamanho da desigualdade, isto é, a desigualdade nem aumenta, nem diminui, mas ainda é superior aos indicadores observados em outros Estados amazônicos. Apesar da estabilidade, o que não é abonador, Tocantins no campo regional ainda tem um índice alto. Em 1995, o Estado registrou um índice de 13,55%, valor que sofreu em 2000 um ligeiro recuo para 13,13%, taxa estável que caracteriza o período.

O segundo grupo de Estados (Rondônia, Acre, Roraima e Amapá) apresenta como característica a uniformidade do comportamento do indicador, que reflete, em parte, a estrutura e a composição de suas sociedades captadas pelo índice.

É importante salientar que essa característica é resultado de uma economia socialmente mais homogênea na sua estrutura interna, o que permite uma melhor distribuição e absorção de renda por parte da população dos Estados em função do seu recente processo de ocupação. Assim, Rondônia, Acre, Roraima e Amapá apresentam um elo em comum que é, em linhas gerais, uma distribuição de renda mais equânime. Isso seria determinado pelo fato de os rendimentos estarem em patamares próximos, devido à redução na distância entre as maiores e as menores rendas praticadas nos Estados supracitados, o que não significa que não haja distorções em suas sociedades.

Em todos os anos, com exceção de 1995, os indicadores para esse segundo grupo de Estados têm um comportamento decrescente, o que revela que, apesar da perda real dos rendimentos, está havendo uma melhor absorção de renda. Além disso, ressalte-se que o grau de desigualdade e de concentração de renda está diminuindo, o que é positivo. A evolução do indicador nesse segundo grupo de Estados é visível. Rondônia e Amapá, por exemplo, iniciam 1995 com índices de 3,28% e 5,60%, respectivamente, e irão perdendo relatividade ao longo dos anos posteriores, fazendo com que, no ano de 2000, os Estados supracitados registrem taxas de 1,91% e 2,05%, já bem inferiores às de 1995.

O índice de desigualdade para a Região do Norte é influenciado pelo comportamento dos Estados do Amazonas, do Pará e do Tocantins, marcados por diferentes graus de desigualdade. Por isso, o índice regional segue uma trajetória ascendente, tendo passado de 0,0933 em 1995 para 0,1094 em 2000. Logo, no período analisado, houve um aumento das distorções regionais no que diz respeito à renda, o que é delicado, dadas as repercussões ampliadas do fenômeno no campo social.

As informações do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 2000, confrontadas com as de 1991, para os Estados da Região Norte revelam que os resultados do IDH estão próximos do Índice de Desigualdade, o que valida esse instrumento como um dos aferidores da dinâmica socioeconômica.

A aplicação do Índice de Desigualdade demonstra a existência na realidade regional de dois distintos graus de intensidade na desigualdade de renda existente nos Estados amazônicos. Os resultados do IDH não somente ratificam esse quadro, como indicam que os avanços ocorridos não foram suficientes para reverter o *status quo* e as estruturas sociais que alicerçam a sociedade regional (ver Tabela 11).

No *ranking* regional do IDH, os Estados que apresentam melhores performances são os que estão no segundo grupo do Índice de Desigualdade, ou seja, aqueles que têm menores graus de distorção no rendimento. Assim, de acordo com o IDH, os Estados de Rondônia, do Amapá e do Tocantins foram os que evoluíram nas suas posições entre 1991 e 2000, graças aos avanços no campo social (mortalidade e educação) e na formação da renda, dependendo do caso. O Estado de Roraima foi do grupo o que menos envolveu no período analisado, tendo uma variação de apenas 5,5%. Esse comportamento em parte está relacionado ao menor crescimento quantitativo no período, porém é necessário observar que o referido Estado era o único em 1991 cujo índice já estava ao redor de 0,7.

A evolução do desemprego estrutural, a falta de políticas de Estado de inclusão social e renda e o grau de concentração e a drenagem de capital estão nas raízes do processo de involução representado pela perda de posição no *ranking* regional e nacional do IDH dos Estados do

Amazonas e do Pará, apesar dos aumentos registrados nos seus indicadores. Em parte, o incremento do IDH é resultado dos avanços no campo educacional e da saúde, sem a contrapartida no campo da renda, o que não completa e até inviabiliza a conclusão do círculo da qualidade de vida e do desenvolvimento, que inclui a redução dos desníveis sociais, mas também os da renda.

Tabela 11: Índice de Desenvolvimento Humano dos Estados da Região Norte (1991/2000).

Ano / UF	1991	Ranking regional 1991	2000	Variação % no período	Ranking regional 2000
Acre	0,620	7	0,692	11,60	7
Amapá	0,691	2	0,751	8,70	1
Amazonas	0,668	3	0,717	7,30	6
Pará	0,663	4	0,720	8,60	5
Rondônia	0,655	5	0,729	11,30	3
Roraima	0,710	1	0,749	5,50	2
Tocantins	0,635	6	0,721	13,50	4

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

CONCLUSÃO

Entre 1995 e 2000, a renda na Região Amazônica acompanhou, a realidade nacional: seu valor nominal e real sofreu um processo gradual de redução. As conseqüências negativas dessa redução, que extrapolam o rendimento e comprometem a qualidade de vida da população, atingiram uma parte considerável da sociedade regional.

Em que pesem as restrições quanto à utilização do PIB *per capita*, objeto de comentário ao longo do texto, esse indicador conseguir mostrar, para a Região Amazônica, que os rendimentos regionais têm, desde 1995, seguido uma trajetória declinante, que não é somente fruto de *efeitos conjunturais*, mas principalmente revela que a estrutura social na qual está assentada a sociedade regional tem contribuído não somente para manter esse cenário, como aprofundar o grau de distorção social existente.

É preciso atentar para o fato de que as distorções existentes não se restringem somente à renda; atingem também o campo das oportunidades e de acesso aos equipamentos sociais – emprego, educação, mobilidade, etc. Mais: suas *raízes são históricas, regionais e nacionais*. Essa situação, que não é momentânea, mas, antes, é permanente, agravou-se entre 1995 e 2000, período em que os rendimentos globais regionais recuaram.

A perda aquisitiva nos rendimentos *per capita* não se limitou ao caráter nominal da renda, afetou também o real. O recuo observado no

PIB *per capita* regional deve-se à redução da renda em quase todos os Estados da Região Norte, notadamente no Acre, no Amazonas, no Pará e no Amapá.

Já o Estado de Roraima apresenta, ao longo da série analisada, um comportamento instável em razão da queda no valor nominal do seu PIB, que teve, em 2000, uma ligeira recuperação. O PIB *per capita* dos Estados de Rondônia e do Tocantins registram entre 1995 e 2000 um desempenho estável, e os seus indicadores acusam um crescimento nominal a partir de 1997, o que é positivo, pois contribui para amenizar internamente as distorções sociais em ambos os Estados.

Deduz-se, então, que o Plano Real não contribuiu incisivamente, no âmbito da Região Norte, para promover ganhos reais nos rendimentos regionais, tampouco no campo nominal, o que é mais grave. A sua ação ficou restrita à retirada do imposto inflacionário e à possibilidade do planejamento dos gastos familiares.

Os efeitos conjunturais das crises internas e externas por que passou a economia brasileira, dada sua vulnerabilidade, contribuíram para agravar os problemas estruturais da sociedade, o que justifica o comportamento declinante do PIB *per capita*.

Por outro lado, a redução do Estado brasileiro e a constante redução das políticas públicas direcionadas para a área social (no tocante à execução orçamentária), em virtude do caráter neoliberal que marca as ações governamentais, aumentam e explicam a inflexão no PIB *per capita* regional e dos Estados amazônicos.

Os investimentos públicos e as inversões privadas realizadas não ocasionaram mudanças qualitativas na renda. Com efeito, a presença de mecanismos de drenagem e apropriação, aliados ao controle do capital por uma parcela mínima da sociedade regional (o que é histórico) que capta o excedente, justifica o comportamento observado no PIB *per capita*.

A dinâmica do FNO na sociedade regional e seu restrito impacto regional na geração e distribuição de renda explicam, em parte, como o controle dos instrumentos de apropriação vinculados a uma parcela mínima da sociedade impede avanços. De fato, apesar da ascensão real dos investimentos liberados pelo Fundo, observa-se que o PIB *per capita* não avança. Isso sugere um descompasso entre as inversões e a expansão da renda regional, o que obriga a rever a aplicação desse instrumento e para quem ele serve.

Considerando que o PIB *per capita* amazônico e dos Estados está em queda e que a estrutura de renda não responde aos estímulos, dado o caráter histórico das distorções sociais e da perspectiva de sua ampliação, é necessário não somente adotar instrumentos que permitam avanços, como também implementar processos que promovam a ruptura do atual *status quo*, para permitir que renda regional seja captada e distribuída de maneira equânime na sociedade regional.

REFERÊNCIAS

FERRARI, Lívia. Mercado sem regulação não funciona, diz González. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 22, 23 e 24 nov. 2002. Caderno A, p. 4.

NERI, Marcelo. Inércia e políticas de renda. *Revista Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, v. 52, n. 9, set. 2002.

NOGUEIRA, Wilson. Exportações estabilizam empregos. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 15 maio 2003. Caderno B, p. 14.

PINHEIRO, Liliana. Inflação, recessão e pacto. *Revista Primeira Leitura*, São Paulo, n. 9, nov. 2002.